





Associação Brasileira de Imprensa Oficial – ABIO

**EDITORIAL**

# Registro histórico

A Associação Brasileira de Imprensa Oficial - ABIO tem um bom motivo para comemorar. A entidade, que representa o conjunto das organizações governamentais dentro da estrutura federativa brasileira, responsáveis pela publicação dos atos oficiais dos diversos níveis de governo, relembra, neste mês de maio de 2023, os 80 anos de um encontro de dirigentes de Diários Oficiais brasileiros, ocorrido no Rio de Janeiro. A primeira reunião do gênero, na qual foram debatidos temas de interesse comum, é considerada o embrião do que é hoje esta Associação.

Com sede administrativa em São Paulo e composta atualmente por 17 organizações associadas, a ABIO constitui-se como pessoa de direito privado, com interesse direto no aperfeiçoamento da prestação de um serviço público essencial, qual seja: a produção, a publicação, o tratamento, a preservação e a integridade dos atos oficiais. Atividades que lhes conferem a qualidade de certificadoras e autenticadoras da matéria que imprimem.

A ABIO atua na defesa das Imprensa Oficials, pois entende que elas são os instrumentos apropriados para a comunicação dos agentes do poder público com a coletividade, em cujo nome exercem suas funções. Constituem, pois, instituições fundamentais do sistema democrático.

Também estão entre as finalidades da ABIO fomentar a inovação e o aprimoramento tecnológico entre associadas; promover o intercâmbio de informações técnicas, jurídicas e financeiras; promover eventos e o relacionamento com órgãos governamentais, contribuindo para a modernização e eficiência desse importante setor.

Além disso, a Associação tem se destacado por estimular a troca de experiências entre suas associadas nas atividades de produção de livros, revistas, jornais e outros tipos de publicações, contribuindo para o fortalecimento da cultura e da história brasileiras.

A ABIO também tem se dedicado ao relacionamento com entidades congêneres no plano internacional, como a Rede de Diários e Boletins Oficiais da América e o Fórum das Imprensa Oficials de Língua Portuguesa, com o objetivo de promover o diálogo sobre temas comuns, sobretudo do ponto de vista das legislações dos países que as congregam. As Imprensa Oficials, não importando suas origens, desempenham papel importante neste contexto.

Festejamos esses 80 anos mais do que nunca, reforçando a inabalável missão da ABIO de agregar os jornais oficiais, responsáveis por oferecer publicidade, transparência e perenidade aos atos públicos de interesse social. O fortalecimento da Associação está diretamente ligado ao importante papel de suas associadas, mais recentemente atacadas com falsos argumentos acerca de suas obsolescências. À medida que se discutem os avanços tecnológicos e outras possibilidades de oferecer informações acessíveis, confiáveis e transparentes, é absolutamente fundamental que esse debate seja feito com responsabilidade porque a garantia da autenticidade do ato público é a principal razão da existência das Imprensa Oficials.

Parabenizamos, portanto, a todas e a todos, das diversas gerações de profissionais, pelos 80 anos de história dedicados aos jornais oficiais. Que continuemos nosso trabalho, contribuindo para o fortalecimento da democracia e para a valorização da imprensa pública no Brasil.

## CELEBRAÇÃO

Há 80 anos, o Rio de Janeiro recebia representantes das imprensas oficiais brasileiras

# Oito décadas em defesa das Imprensas Oficiais

**R**io de Janeiro, 9 de maio de 1943. Vinte senhores engravatados se reúnem em conferência, pela primeira vez, entusiasmados com a ideia de trocar experiências que pudessem ajudar a promover as imprensas oficiais brasileiras e melhorar a qualidade dos jornais oficiais em todo o país.

Na Cidade Maravilhosa, então capital federal, foram recepcionados pelo colega dirigente da Imprensa Nacional, Rubens Porto, engenheiro de formação e funcionário público federal experiente do governo de Getúlio Vargas. Todas as regiões do país estavam ali contempladas com a presença de diretores ou representantes, em sua maioria professores, jornalistas e advogados. O encontro, que durou cinco dias, foi o embrião da atual Associação Brasileira de Imprensas Oficiais - ABIO.

Os primeiros anos da década de 1940 foram marcados por grandes transformações políticas e sociais. O mundo vivenciava momentos de assombro e incertezas, entre ondas de Estados autoritários e Estados de direito. O Brasil se viu envolvido em um conflito bélico que não era seu, numa das fases mais sangrentas da Segunda Guerra Mundial.

Internamente, o país passava por um processo de industrialização acelerado e pela modernização da agricultura. O Governo Vargas investiu em grandes obras públicas como a



**Rio de Janeiro, anos 1940: palco do primeiro encontro**

construção da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso e da Companhia Siderúrgica Nacional.

A reunião dos dirigentes de jornais oficiais começou sob o impacto da criação, oito dias antes, da Consolidação das Leis do Trabalho, que regulamentou as relações trabalhistas no país. A CLT estabeleceu direitos como férias remuneradas, jornada de oito horas diárias e descanso semanal remunerado.

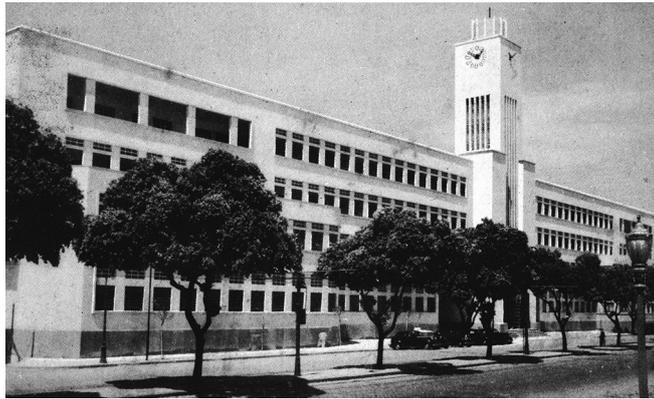
Na pauta do encontro foram debatidos a padronização de impressos do serviço público e das publicações de leis e

diários oficiais; o intercâmbio de publicações de periódicos; o aperfeiçoamento técnico de servidores das Imprensas Oficiais. Em complemento aos temas relativos às atividades internas, o encontro buscava maior integração das imprensas estaduais com a Imprensa Nacional.

Além das reuniões plenárias, a programação anunciada previa uma série de atividades sociais, tais como almoços, visitas, inaugurações e até uma missa campal no pátio interior da Imprensa Nacional.

# Reunião no Rio teve presença de 20 estados

As delegações estaduais que compareceram à I Reunião de Imprensas Oficiais do Brasil foram recepcionadas pelo então diretor-geral, Rubens D'Almada Porto, na recém-inaugurada (1940) sede da Imprensa Nacional, na Avenida Rodrigues Alves nº 1. O local abrigou a sede da instituição até a transferência para Brasília, em 1960 e, atualmente, lá funciona a Superintendência da Polícia Federal do Rio de Janeiro. A sede anterior, à Rua 13 de maio, fora construída, especificamente, para abrigar a casa, em 1877, durante o reinado do imperador D. Pedro II, mas sofreu um incêndio devastador em 1911 (leia na página 4).



Antiga sede da Imprensa Nacional, no Rio de Janeiro

## DELEGAÇÕES

Presentes na I Reunião dos Diretores das Imprensas Oficiais do Brasil, realizada entre os dias 9 e 13 de maio de 1943, estavam os senhores diretores Rubens Porto (Imprensa Nacional), José Luiz de Araújo Neto (AM), Afonso Rui (BA), Garibaldi Teixeira (GO),

Arquimedes Pereira Lima (MT), Edilson Cid Varela (RN), Timóteo Freitas (RS), Tarquínio de Medeiros (RJ), João Batista da Costa Pereira (SC), Sud Mennucci (SP), Exuperio Monteiro (SE), Manuel Lopes Pimenta (ES), Nestor Ericksen Guimarães (PR) e Geraldo Gurgel de

Mesquita (AC).

Como representantes de seus estados também estiveram presentes os senhores Eduardo Frieiro (MG), José da Rocha Ribas (PA), Vítor do Espírito Santo (PB), Heitor Moniz (PE), Alberto Brito Pereira (MA) e Francisco Freire de Andrade (PI).

## Minas Gerais em transe

Como é comum em encontros solenes, a essa primeira reunião dos dirigentes das Imprensas Oficiais não faltou aquele momento de descontração, que nos dias de hoje virariam memes nas redes sociais. Eleito para presidir os trabalhos, Rubens Porto, da Imprensa Nacional, sugeriu algumas regras protocolares nos contatos com autoridades previstos pela programação oficial.

RUBENS PORTO - Submeto à vossa consideração uma maneira que me ocorreu de correspondermos à gentileza das autoridades que nos obsequiarem: por palavras, porque é um veículo útil e o mais espontâneo. Sei que não podeis perder tempo e, por isso, proponho-vos o seguinte: a cada um dos titulares que

nos ofertarem alguma coisa, agradecerá o representante do seu estado natal. S. Excia. o Sr. ministro da Justiça, Dr. Marcondes Filho, por exemplo, nasceu em São Paulo: o Sr. Sud Mennucci terá a palavra, agradecendo o jantar. S. Excia. o Sr. ministro da Marinha, Almirante Aristides Guilhem, é do Distrito Federal: portanto caberá a mim agradecer porque aqui nasci.

SUD MENNUCCI - Por parte de São Paulo não há objeção a opor à ideia alvitrada.

RUBENS PORTO - A S. Excia. o Sr. Presidente da República, ao representante do Rio Grande do Sul caberá agradecer. Ao Major Coelho dos Reis, Diretor Geral do Departamento de Imprensa e Propaganda, pelo almoço que

nos será oferecido por esse Departamento, agradecerá o representante mineiro.

EDUARDO FRIEIRO - Devo esclarecer, Sr. presidente, que jamais fiz discurso em minha vida; esperava, mesmo, morrer sem o fazer. Estou aqui representando o Dr. Olinto Fonseca Filho, que não pôde comparecer, e agora estou neste transe...

Eduardo Frieiro (1889 -1982) foi um professor universitário e escritor mineiro, fundador da Faculdade de Filosofia. Recebeu da Academia Brasileira de Letras (ABL) o Prêmio Machado de Assis pelo conjunto de sua obra. O representante do Dr. Olinto se autodefinia como o “monstro de timidez” e o “mais envergonhado de todos os literatos envergonhados de Minas”.

# Gestão documental abriu novos caminhos

Com objetivo de aprimorar a digitalização, arquivamento, catalogação e conservação da documentação produzida pelos órgãos públicos das administrações públicas estaduais, algumas Imprensas Oficiais, há alguns anos, vêm investindo na atividade, oferecendo toda tecnologia necessária para assegurar a qualidade dos arquivos públicos, preservando a integridade de documentos e facilitando o acesso dos mesmos aos interessados.

A Empresa Gráfica da Bahia - Egba, pioneira na prestação desse novo serviço na esfera estadual, foi seguida pela Companhia Editora de Pernambuco - Cepe.



Documentos digitalizados são armazenados em caixas

A Imprensa Oficial do Rio de Janeiro, recentemente, também entrou em operação.

Os arquivos, com prazos de vigência determinados, são catalogados e armazenados em ambientes apropriados após a digitalização, propiciando economia de espaço físico nos

órgãos de origem, e dando agilidade à consulta aos arquivos através da rede mundial de computadores. As tabelas de temporalidade, contendo todos os critérios para o descarte de documentos, são monitoradas por meio de *softwares* criados especialmente

para a tarefa.

A experiência centenária das Imprensas Oficiais como gestoras e guardiãs das informações de natureza legal as credenciam para desenvolver essa nova atividade, fruto das novas exigências tecnológicas e de sustentabilidade.

## Em defesa da liberdade de informar

É hora de celebrar. São 80 anos. Oito décadas de defesa do direito à informação oficial no Brasil. Oitenta anos de luta pela liberdade de expressão. Na primeira reunião de dirigentes das Imprensas Oficiais, no dia 9 de maio de 1943, os diários oficiais eram jornais chapados, cheios de letras, impressos em preto, com cheiro forte de solvente e um tipo de papel jornal que manchava de tinta as mãos dos leitores.

Vivíamos um tempo no qual os diários oficiais, com raríssimas exceções, eram compostos ainda por tipógrafos que herdaram a arte de Gutemberg. Sabiam juntar letras em negativo, compor textos, pensar e transferi-las para o papel, dando a conhecer as decisões de governo que eram sorvidas avidamente pelos que necessitavam de informação.

Modernizar era investir

vultosos recursos para adquirir as complexas máquinas Linotipo, com suas caldeiras ferventes e escaldantes de chumbo derretido. Assim foram substituídas, aos poucos, as velhas oficinas dos tipógrafos com suas caixas alta e baixa, nas quais estavam armazenados diversos tipos de letras e outros sinais gráficos necessários à composição dos textos.

Foram, até aqui, quatro gerações de gestores das imprensas oficiais distribuídas por todas as regiões brasileiras, por todos os estados. A primeira, reunida naquele distante ano de 1943, que receberam os suportes de tantos heróis anônimos com os diferentes sotaques que marcam a língua falada pelos brasileiros.

Sobrevivemos à evolução da clichéria que permitiu aos jornais ocupar suas páginas não apenas

com letras, mas também com fotos e outras ilustrações.

Sobrevivemos à revolução do offset, que aposentou as máquinas Linotipo. Chegamos à era da mídia eletrônica, dos suportes virtuais. Sobrevivemos aos que vaticinaram a morte dos jornais e aos que lutaram pela extinção das imprensas oficiais.

A liberdade de informação triunfou. Nós, das Imprensas Oficiais, demos a nossa contribuição à democracia brasileira. Aqui estamos. Que venham muitas novas gerações de jornalistas, gestores e os profissionais que tornam possível a transparência disseminada pelos diários oficiais.

Aqui estaremos sempre em defesa da liberdade. Vida longa à ABIO!

**JORGE CARVALHO**

Professor, jornalista, escritor e ex-presidente da Imprensa Oficial de Sergipe.

## LINHA DO TEMPO

Dos tipos móveis da Imprensa Régia aos Diários Oficiais nas plataformas digitais

# Notas de uma história oficial

## 1808

Tem início a história da imprensa no Brasil, com a chegada da família real portuguesa, sendo até então proibida toda e qualquer atividade de imprensa — fosse a publicação de jornais, livros ou panfletos. A imprensa brasileira nasceu oficialmente no Rio de Janeiro em 13 de maio com a criação da Imprensa Régia, hoje Imprensa Nacional, pelo príncipe-regente Dom João. O primeiro trabalho gráfico feito na Imprensa Régia, “Relação Dos Despachos Publicados na Corte pelo Expediente da Secretaria de Estado Dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra no Faustissimo Dia Dos Annos de S. A. R. O Principe Regente N. S”, é considerada a primeira publicação verdadeiramente oficial no Brasil. O documento constitui a origem dos jornais oficiais que surgiram desde então. Em 10 de setembro, é publicada a Gazeta do Rio de Janeiro, marco inicial da imprensa brasileira.

## 1812

Publicado o livro *Marília de Dirceu*, de Tomás Antônio Gonzaga. Apesar de ter sido escrita em Portugal, a obra do poeta luso-brasileiro é considerada oficialmente a primeira a ser impressa no Brasil pelas oficinas da Imprensa Régia de D. João VI, no Rio de Janeiro.

## 1821

A censura prévia é extinta em 28 de agosto, decorrente de deliberação das Cortes Constitucionais de Lisboa em defesa das liberdades públicas, pondo fim, em Portugal, a três séculos de censura.

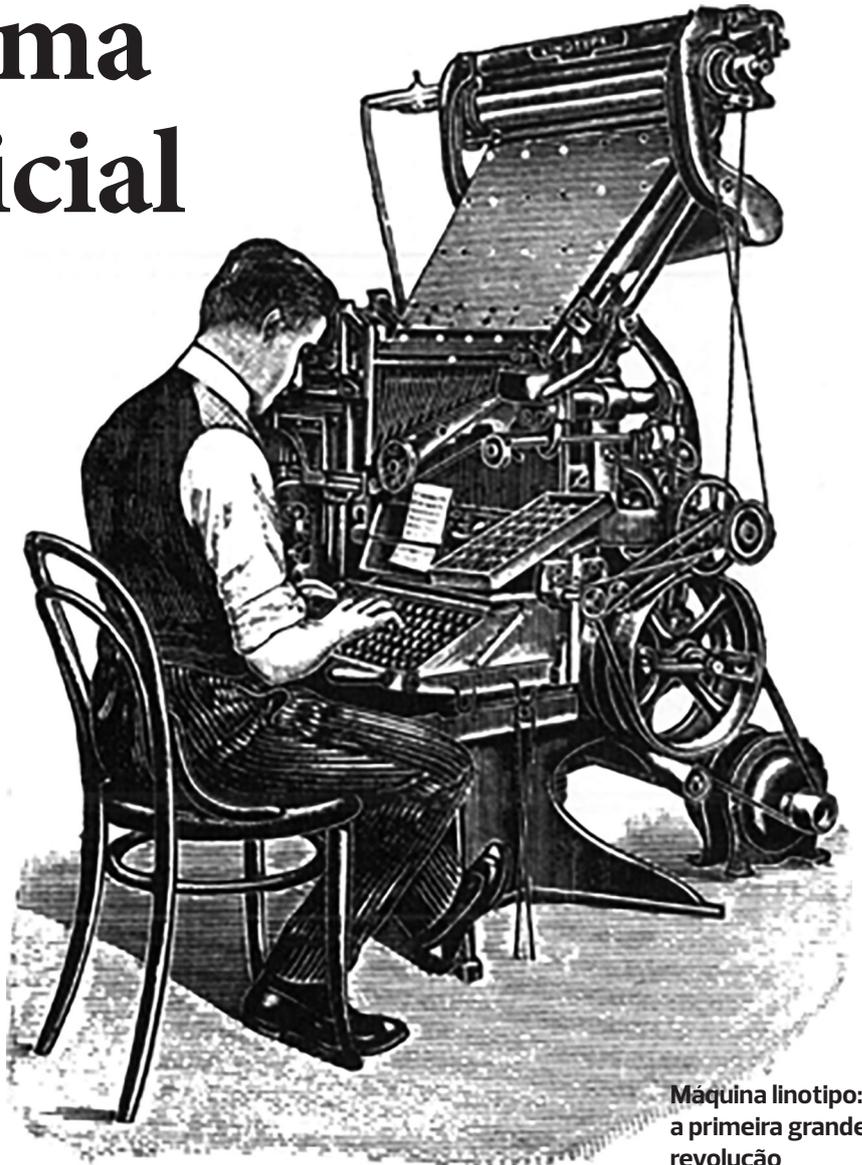
## 1822

Após a Independência, os governos das províncias iniciaram a criação de oficinas

tipográficas que permitiram a publicação dos seus atos oficiais. Nascia, desse modo, e em diferentes datas, as Imprensas Oficiais dos Estados.

## 1884

Ottmar Mergenthaler, na Alemanha, inventa o linotipo, uma máquina que funde em bloco cada linha de caracteres tipográficos, composta de um teclado como o da máquina de escrever. Algumas das máquinas datam de mais de cem anos e continuam sendo usadas para impressão de jornais, livros e convites.



Máquina linotipo: a primeira grande revolução

## 1911

Tragédia ocorrida na noite de sexta-feira, 15 de setembro. Um incêndio destruiu o prédio da Imprensa Nacional, situado na Rua da Guarda Velha, atual Treze de Maio, Largo da Carioca, destruindo

tudo o que tinha dentro, entre documentos, móveis e máquinas. Além das preciosidades documentais perdidas, jornais da época citam gravuras de cartas de jogar e dois mapas do Brasil em cobre, ambos impressos no reinado de D. João VI, na então Imprensa Régia. Por



Incêndio na IN

determinação do chefe de Polícia, Belizário Távora, o delegado Flores da Cunha ficou encarregado de apurar as causas do acidente, em inquérito aberto nas primeiras horas da madrugada de 15 de setembro, quando várias testemunhas foram arroladas. A história registra que o inquérito foi arquivado por falta de provas para a acusação de uma suposta ação criminosa.

## 1922

A primeira máquina de offset do Brasil foi comprada pela Companhia Lithographica Ferreira Pinto, no Rio de Janeiro. O sistema de impressão offset foi uma evolução tecnológica do processo de impressão litográfica, que possibilitou a produção de grandes e médias tiragens por conta de sua rápida velocidade, tanto em impressoras rotativas, onde o papel entra em bobina, quanto em impressoras planas que usam o papel já cortado.

## 1939

Criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) por decreto do presidente Getúlio Vargas. O DIP serviu como instrumento de censura e propaganda do governo durante o Estado Novo. Seus principais objetivos eram difundir a ideologia do regime por intermédio da propaganda política e realizar a censura.

## 1943

A I Reunião dos Diretores das Imprensas Oficiais do Brasil é realizada no Rio de Janeiro, então capital do Brasil, entre os dias 9 e 13 de maio.

## 1946

Grças a uma emenda do escritor Jorge Amado (1912-2001), membro da bancada comunista na Assembleia Constituinte daquele ano, o Brasil isentou de tributos a publicação de livros e jornais. A histórica Emenda 2.850 foi ratificada e ampliada na “Constituição Cidadã” de 1988.

## 1949

Lançamento do Correio das Artes, encarte do jornal A União, o único jornal oficial do país e o terceiro mais



### Rotativas offset atenderam a exigência de grandes tiragens diárias

antigo ainda em circulação no Brasil, publicado pela Empresa Paraibana de Comunicação, que também edita o Diário Oficial do Estado da Paraíba. O suplemento circulou pela primeira vez em 27 de março e ainda hoje é a maior vitrine da produção literária e artística que circula no Estado.

## 1960

Em 21 de abril, a Imprensa Nacional rodou seu Diário Oficial na nova cidade-sede do governo. De 1960 até 1982, suas instalações permaneceram

divididas entre a antiga e a nova capital. Em Brasília, ficou a impressão dos jornais, enquanto que no Rio de Janeiro ainda permaneceu parte da estrutura administrativa.

## 1966

No dia 3 de setembro surge o primeiro número do suplemento literário *Minas Gerais*. Para dirigir a publicação, encarte do Diário Oficial do Estado, foi convidado o escritor Murilo Rubião.

## 1967

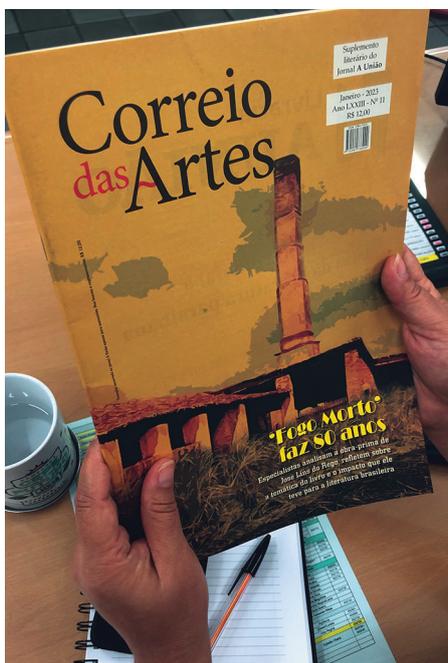
A censura à imprensa no Brasil ocorreu durante o regime militar brasileiro (1964-1985). A ditadura estabeleceu uma série de leis que restringiam a liberdade de expressão e de imprensa. A Lei de Imprensa (Lei nº 5.250/67) foi uma dessas leis que implantou a censura prévia aos jornais.

## 1973

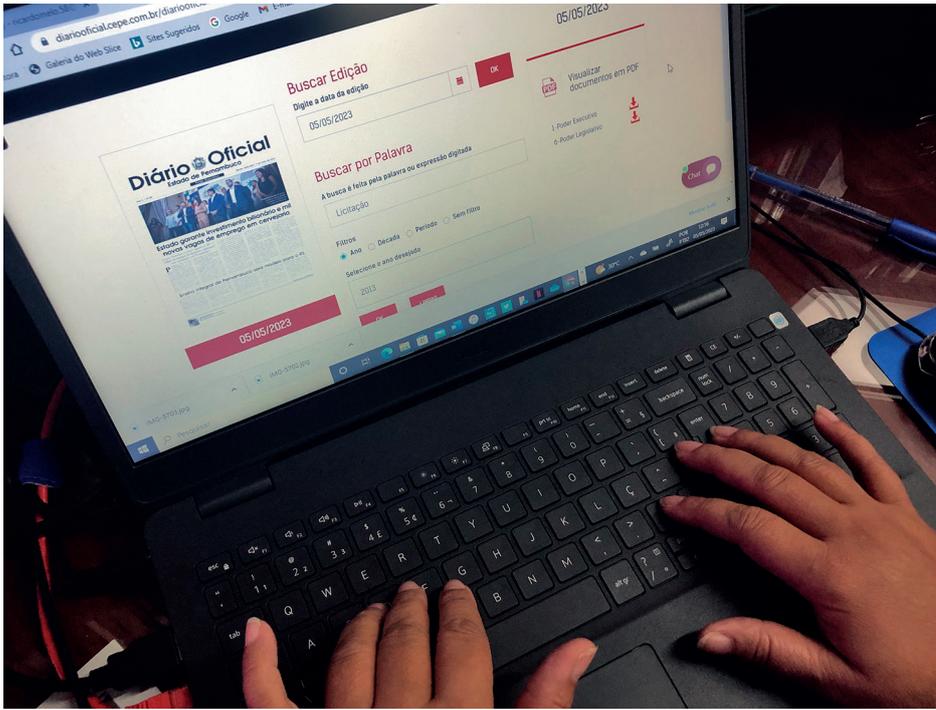
Aparecem os primeiros terminais computadorizados para edição jornalística. A fotocomposição de textos começa a substituir a linotipia.

## 1976

Promulgada em 15 de dezembro a Lei 6.404, mais conhecida como Lei das Sociedades Anônimas ou Lei das S.A. A Lei das Sociedades Anônimas



### Encarte circula há 74 anos na Paraíba



### Evolução tecnológica possibilitou consulta online aos jornais oficiais

estabeleceu que as companhias abertas deveriam publicar suas demonstrações financeiras em jornais de grande circulação e nos Diários Oficiais estaduais ou da União.

#### 1977

Lançado o primeiro microcomputador como conhecemos hoje, o Apple II.

#### 1981

A IBM lança seu Personal Computer (PC), um dispositivo que revolucionou o mundo da informática.

#### 1985

Em novembro, a Microsoft lança o Windows 1.0, uma interface gráfica bidimensional para o sistema operacional MS-DOS.

#### 1986

O *Diário Oficial do Estado de Pernambuco* circula com a primeira edição encartada do *Suplemento Cultural* com periodicidade mensal.

#### 1996

É lançado o primeiro telefone celular com acesso comercial para a internet móvel via GSM. O Nokia 9000 Communicator foi apresentado ao mundo no dia 15 de agosto. Os dispositivos, no entanto,

demoraram mais três anos para ganhar acesso mais fácil e barato através de redes móveis Wireless Application Protocol.

#### 1997

Decreto presidencial de 13 de janeiro concede a Machado de Assis o título de Patrono da Imprensa Nacional, em razão das duas passagens do escritor pela instituição (leia mais na página 11).

#### 2001

A virada do milênio marca a transição das tecnologias de impressão de jornais em papel para as plataformas digitais com a publicação simultânea dos diários oficiais em portais eletrônicos. Ainda que grandes empresas jornalísticas usem a impressão offset, analógica, devido às suas grandes tiragens e quantidade de páginas, o acesso é ampliado com a publicação das edições digitais na internet.

#### 2007

É criado o Fórum das Imprensas Oficiais de Língua Portuguesa, evento que reúne representantes de imprensas oficiais de países de língua portuguesa, para discutir questões relacionadas à produção e distribuição de diários oficiais e outros documentos governamentais. O último fórum ocorreu em Luanda, Angola, em outubro de 2019.

#### 2008

É criada a Rede de Diários e Boletins Oficiais da América (Redboa) com representações do Chile, México, Argentina, Brasil, Uruguai, Colômbia, Paraguai e Guatemala.

#### 2010

A evolução tecnológica digital prossegue em ritmo acelerado, provocando uma revolução no modo de produção de jornais. Veículos oficiais começam a implantar sistemas automatizados para a produção de suas edições impressas e eletrônicas, agilizando o tempo de fechamento. Os modernos sistemas passam a concentrar, em uma única ferramenta, desde a submissão da matéria legal, passando pela diagramação, controle financeiro e certificação digital, até a disponibilização das edições em dispositivos móveis, ampliando as alternativas de buscas pela informação oficial.

#### 2019

A Lei nº 13.818/19 alterou a Lei das Sociedades Anônimas e deixou de prever a publicação de demonstrações financeiras na imprensa oficial, bastando que sejam publicadas, de forma resumida, no jornal de maior circulação, na sede da companhia, e que tenha exibição simultânea e integral dos documentos no site do mesmo jornal na internet. Em nota, a ABIO se manifestou sobre a aprovação da nova Lei: “A confiança nacional e internacional na lisura e idoneidade dos serviços prestados pelas Imprensas Oficiais têm servido há anos como base de segurança jurídica em operações governamentais e econômicas de grande e médio porte, sendo, portanto, essencial ao desenvolvimento econômico nacional. Nesse contexto, e considerando os interesses de toda a nação, a ABIO manifesta total repúdio a atentados que visem a esvaziar a obrigação de publicação nos Diários Oficiais de atos de cunho econômico ou governamental, destacando tratar-se de ofensa direta ao Princípio Constitucional de Publicidade dos Atos Públicos e do dever de transparência e moralidade dele decorrentes.”

**ARTIGO** / Domingos Sávio de Lima\*

“Impressiona a capacidade de informações que os dados do Diário Oficial podem ofertar”

# Memória, tecnologia e transparência

Os anos passam e a lembrança rebuscada de sons e imagens – das máquinas tipográficas às modernas impressoras rotativas – entrelaçam a memória das páginas impressas do Diário Oficial. Por décadas, as rotinas editorial, industrial e de logística envolviam minucioso planejamento para cumprir a distribuição do grande volume de jornais, com seus cadernos de centenas de páginas, publicadas historicamente entre terças e sábados (desde 1891), no extenso território paulista e seus atuais 645 municípios.

A tecnologia chegou, modernizou todo o processo, a versão impressa findou, mas o *Diário Oficial do Estado de São Paulo* mantém sua missão, com mais de 680 milhões de páginas visualizadas ao ano, de garantir à sociedade o acesso democrático às informações de interesse público, dando publicidade e transparência à administração, assegurando a perenidade e autenticidade dos dados publicados.

Em tempos de Inteligência Artificial (IA) e desinformação, as chamadas *fake news*, na miscelânea dos dias atuais em que há uma tendência de descentralização dessas publicações, função por anos desempenhada pelos órgãos de Imprensa Oficial, ainda impressiona a capacidade de informações que os dados do Diário Oficial podem ofertar ao cidadão, de forma confiável.

E essa riqueza de conteúdos que transbordam do Diário Oficial favorece, até mesmo, a democracia e a governança como um todo –



Interior do parque gráfico da Imprensa Oficial de São Paulo, no bairro da Mooca

o que me traz a certeza de que a tecnologia não vem substituir o contato do leitor com a síntese, o sentido e a organização das páginas de um jornal. Entretanto, através da inovação, vemos um futuro promissor, com a possibilidade de implementação de recursos analíticos e qualitativos de dados abertos, que vão agregar à inteligência das soluções do Diário Oficial, as possibilidades que os neurônios artificiais têm a nos favorecer, permitido ao cidadão uma visão transversal das atividades do governo e a real efetividade dessas ações na sociedade.

Nessa data comemorativa para a Associação Brasileira das Imprensas Oficiais (ABIO), que marca os primeiros diálogos entre órgãos responsáveis pelo

Diário Oficial, é gratificante poder fazer parte dessa jornada e acompanhar os movimentos que possibilitam mudanças, ampliam e otimizam o acesso aos atos públicos, se abrem aos mais modernos recursos de integração sistêmica e transparência de dados primários, desde sua origem à sua visualização nas telas do cidadão, mantendo a missão primordial dessas instituições: a de garantir transparência, perenidade e autenticidade à população.

\* Mestre em Gestão e Políticas Públicas pela FGV-São Paulo, foi diretor industrial da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo (Imesp) e, atualmente, gerencia as operações editoriais na Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp), que hoje é a responsável pelas publicações oficiais do Estado de São Paulo.


**PERSONAGEM**

Reportagem relembra presença do escritor como diretor da Imprensa Oficial (AL)

# Graciliano, um ilustre vivente das Alagoas

**F**undada em 1912, a Imprensa Oficial do Estado de Alagoas há 23 anos passou a ser nomeada Graciliano Ramos em homenagem ao jornalista e escritor nascido no município de Quebrangulo. Considerado o mais importante ficcionista do Modernismo, autor de obras fundamentais da literatura brasileira como *Vidas Secas* (1938) e *Memórias do Cárcere* (1953), Graciliano Ramos (1892-1958), cujos 70 anos de morte são lembrados em 2023, foi diretor da instituição entre 31 de maio de 1930 e 26 de dezembro de 1931. Em texto assinado pelo jornalista alagoano Mário Lima (*Jornalismo na vida e na obra de Graciliano*), originalmente publicado na revista *Graciliano* e reproduzido na Coleção Biografias Graciliano (2017), ambas publicações da Imprensa Oficial de Alagoas, resgata-se um pouco da curta passagem como diretor. Leia abaixo um trecho da reportagem.

“

[...] O mestre Graça dedicou-se à literatura, à política, administração da educação, mas também era um grande jornalista. Foi no batente dos jornais no Rio de Janeiro e em Alagoas — com sua linguagem enxuta e sintética que Graciliano pode ter obtido mais fermento para sua obra.

O então governador Álvaro Paes, impressionado com os dois relatórios de prestação de contas de sua administração (1929 e 1930), como prefeito de Palmeira dos Índios, convida Graciliano Ramos para dirigir a Imprensa Oficial do Estado. Os relatórios, escritos de forma impecável e em linguagem literária ficaram famosos e integram o corpo do livro *Viventes das Alagoas*; depois foram publicados separadamente.

O intelectual aceita o convite e renuncia ao cargo de prefeito e muda-se com a família para Maceió. O orçamento do órgão é raquítico, mas mesmo diante das dificuldades faz uma boa administração. Adota uma gestão rigorosa quanto à presença dos servidores; é perfeccionista na revisão do Diário Oficial. A Imprensa Oficial onde Graciliano Ramos atuou tinha sede na rua Boa Vista, centro de Maceió, em um belo casarão de dois andares construído pelo governador Clodoaldo da Fonseca, em 1912.

Um fato curioso do surgimento da Imprensa no Estado, registrado pela Associação Brasileira de Imprensas Oficiais, é que o decreto que criava a instituição tornava obrigatória a assinatura do Diário Oficial para todos os servidores públicos na ativa. Recuperar o

prédio da antiga Imprensa Oficial, no centro de Maceió, que foi alienado e vendido em leilão pelo governador Mano Gomes de Barros, seria um bom presente para marcar as comemorações em torno dos 78 anos do Mestre Graça, no D.O., sugere Petrúcio Vilela, um estudioso do nosso Diário Oficial.

No tempo em que Graciliano Ramos dirigia a Imprensa Oficial, Aurélio Buarque de Holanda era o revisor de textos, e morava na capital o romancista paraibano José Lins do Rego e a cearense Raquel de Queiroz. Jorge de Lima atendia em sua clínica médica e já acendia seus lampiões em versos sobre paisagens alagoanas. E a turma avançava com Théo Brandão, Manuel Diegues Júnior, Raul Lima, Carlos Paurílio, Alberto Passos Guimarães, Valdemar Cavalcanti, Aluísio Branco, Cipriano Jucá, alguns deles com passagens pela Imprensa Oficial.

A gestão de Graciliano na Imprensa Oficial do Estado é rápida. Ele assume em 31 de maio de 1930, e fica até 26 de dezembro de 1931. Desgostoso com a vida de burocrata da imprensa, ele volta para Palmeira dos Índios, onde escreve os primeiros capítulos de *São Bernardo*, entre cafés, cachaças e cigarros, na sacristia da Igreja Matriz.”



Graciliano Ramos retratado por Cândido Portinari



Machado de Assis, aos 25 anos

## Jovem aprendiz de tipografia

Ao longo da história, as Imprensas Oficiais sempre puderam contar com a luxuosa contribuição de grande nomes do mundo literário brasileiro. O maior deles, considerado por muitos críticos, estudiosos, escritores e leitores é o de Machado de Assis (1839 – 1908), autor de dez peças teatrais, cinco coletâneas de poemas e sonetos, mais de seiscentas crônicas, 205 contos e de dez romances, entre eles, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, *Quincas Borba* e *Dom Casmurro*. Machado fundou e foi o primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras

Aos dezessete anos, foi contratado como aprendiz de tipógrafo e revisor na Imprensa Nacional. Machado trabalhou na Imprensa Oficial de 1856 a 1858.

O Museu da Imprensa, na sede da Imprensa Nacional, em Brasília, preserva em sua biblioteca, em excelente estado de conservação, o prelo em que ele trabalhou, apropriadamente denominado *Prelo Machado de Assis*. O escritor retornaria à IN entre 1867 e 1874, na condição de assistente do diretor do Diário Oficial, quando a Casa era dirigida pelo também escritor Manuel Antônio de Almeida.

## HISTÓRIAS DE JORNAIS

A criação e trajetória de dois veículos de comunicação centenários no Estado da Paraíba

# Diário Oficial e A União, juntos e separados

A Empresa Paraibana de Comunicação - EPC, criada por lei em 2019, é um sistema de comunicação que engloba os veículos *A União* (jornal, gráfica e editora), rádios Tabajara AM e FM, além de responder pela publicação do *Diário Oficial do Estado da Paraíba*. O que se sabe é que a Imprensa Oficial paraibana é antecessora do jornal *A União*, que é hoje no Brasil o único jornal (não oficial) diário editado por uma empresa estatal. Foi fundado no dia 2 de fevereiro de 1893 pelo então presidente da Província, Álvaro Machado, do Partido Republicano, para defender o governo das críticas dos seus adversários políticos.

O que pouca gente sabe é que o jornal *A União* e o *Diário Oficial* já foram uma coisa só. Em 2 de setembro de 1904, o então presidente do Estado, José Peregrino encaminhou à Assembleia Legislativa mensagem que propôs a supressão do *Correio Oficial*, impresso na gráfica oficial, alterando cláusulas contratuais para que *A União* passasse “a publicar em suas colunas o expediente do Estado mediante a gratificação de alguns ônus que ao mesmo jornal são impostos pelo aludido jornal”.

Nos arquivos da EPC, entre os exemplares mais antigos, a primeira diferenciação de conteúdo precisa se deu em 7 de julho de 1906 com a criação da seção “Governo do Estado”,



alterada para “Actos officiaes” na edição de 30 de novembro de 1906.

Em 1910, *A União* efetivamente se torna órgão oficial. A partir de 1917, a primeira página do jornal passou a estampar em seu cabeçalho “A União – Diário Oficial da Paraíba”, até que em 15 de novembro de 1923, os leitores se surpreenderam com uma nova mudança: “A União – Orgam do Partido Republicano da Parahyba do Norte”. Mas continuou veiculando os atos oficiais da administração pública.

Em 7 de dezembro de 1945, o Governo Federal decretou que “a

divulgação obrigatória dos atos do governo seriam da competência dos jornais oficiais da União ou dos Estados”, considerando que “não é próprio dos governos, de índole democrática, manter jornais de doutrinação ou de informação” e que “não deve o poder público entrar em concorrência mercantil com as empresas particulares de nenhuma espécie”.

Em seguida, houve uma nova orientação ao decreto, que vetava explicitamente propagandas partidárias, “a não ser como matéria paga”, liberando a publicidade no sentido geral, o que permitiu que o jornal *A União* voltasse à condição de órgão oficial do Estado, a partir de 1º de janeiro de 1946. Finalmente, em 1º de fevereiro de 1958, o jornal *A União* passou a circular sem o encarte do *Diário Oficial do Estado*, que passou a ter vida própria. O matutino prosseguiu sua trajetória e hoje é o quarto mais antigo em circulação no País e o primeiro entre os que são impressos no Estado. Em 130 anos de história como intérprete das aspirações paraibanas, o jornal teve papel notadamente destacado no plano nacional durante a eclosão do Movimento Revolucionário de 1930. Considerado como a “escola de tudo” que o Estado produzia em literatura, porque exercia, na prática, a função que a própria Universidade Federal da Paraíba (UFPB) somente viria a desempenhar os dias depois.



Associação Brasileira de Imprensa Oficiais - Abio

Av. Paulista, 509, Bela Vista,  
São Paulo, SP, 01311-910  
(11) 3287-3315  
contato@abio.com.br

Colaboram nesta edição:

Assessoria de Imprensa da Companhia Editora de Pernambuco - Cepe, Roziane Fernandes, Jorge Carvalho, Naná Garcez, Patrícia Damasceno e Domingos Sávio.

Editor: Ricardo Melo